o sob proposta dos Ministros da Justiça e da Guerra, foi por bem nomear, nos termos do artigo 111.º do Código do Processo Criminal Militar, aprovado por decreto de 16 de Março de 1911, auditor geral interino, junto do comandante da 1.ª divisão, o juiz da Relação de Lisboa, Bernardo Nunes Garcia, durante o impedimento legal do juiz da mesma Relação, Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro, ficando o seu vencimento a cargo do Ministério da Justiça.

Os Ministros da Justiça e da Guerra assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, em 1 de Fevereiro de 1913.—*Manuel de Arriaga*—*Alvaro de Castro*—*João Pereira Bastos*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

1.ª Repartição
3.ª Secção

Por portaria de 30 do Janeiro findo:

Segundo tenente Jaime Anahory Atias — nomeado vogal da comissão encarregada de elaborar a ordenança geral da armada, nomeada por portaria de 21 de Setembro de 1911.

Majoria General da Armada, em 1 de Fevereiro de 1913.—O Major General da Armada, *J. M. Teixeira Guimarães*.

Direcção Geral da Marinha

5.ª Repartição

A fim de rever e harmonizar num só diploma todas as leis em vigor sobre vencimentos do pessoal da Armada, quando em gozo de licença, e propor as alterações a fazer nesta conformidade no regulamento disciplinar da armada: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, nomear uma comissão composta do capitão de fragata, Alberto António da Silveira Moreno, que servirá de presidente, do capitão-tenente, José Augusto Vieira da Fonseca, e dos primeiros tenentes, Octávio Augusto de Matos Moreira e Pedro Fragoso do Rio Carvalho e do segundo tenente, Jaime dos Santos Pato, que servirá de secretário, devendo esta comissão dar por findos os seus trabalhos no dia 1 do próximo mês de Março.

Paços do Governo da República, em 3 de Fevereiro de 1913.—O Ministro da Marinha, *José de Freitas Ribeiro*.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho:

Por decreto de 18 de Janeiro:

Alfredo José Durão, tenente-coronel de artilharia, sub-chefe interino da Repartição de Geodesia da Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos — nomeado sub-chefe da mesma Repartição. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 30 de Janeiro de 1913).

Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos, em 3 de Fevereiro de 1913.—O Engenheiro, Director Geral, interino, *João Miguel Dias*, coronel.

Junta de Crédito Agrícola

Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de responsabilidade solidária e ilimitada, com sede em Viana do Alentejo, em 30 de Setembro de 1912

ACTIVO		
Associados, sua dívida por cotas		34,915
Caixa		150
Empréstimos aos sócios por:		
Fiança	700,000	
Penhor	90,000	790,000
Despesas gerais		15,965
Depósito no Banco		75,000
		916,030
PASSIVO		
Fundo social:		
Cotas e jóias cobradas	51,750	
Cotas e jóias em dívida	150	51,900
Depósitos à ordem		76,290
Empréstimos à Caixa:		
Junta de Crédito Agrícola	780,000	
Lucros e perdas		7,840
		916,030

Os Directores, *António José Marques*—*Rodrigo Pimenta de Massapina*.

Está conforme o original que fica arquivado na Secretaria desta Junta.

Lisboa, Junta de Crédito Agrícola, em 23 de Janeiro de 1913.—O Secretário, *Júlio Torres*.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

1.ª Direcção
1.ª Divisão

Anuncia-se, de ordem superior e nos termos do disposto no artigo 35.º do regulamento dos concursos o pro-

moções dos empregados dos correios e telégrafos, aprovado por decreto de 9 de Novembro de 1912, que as provas do exame oral, a que se refere o § 2.º do artigo 227.º do decreto orgânico de 24 de Maio de 1911, terão lugar, nesta Administração Geral, pelas onze horas dos dias 12, 13 e 14 do corrente.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 3 de Fevereiro de 1913.—Pelo Administrador Geral, *J. M. Pinheiro e Silva*.

Caixa de Reformas e Socorros do Pessoal Jornaleiro dos Serviços Telégrafos-Postais

Anuncia-se, em observância da carta de lei de 24 de Agosto de 1848, haver requerido o pagamento do que ficou em dívida a seu falecido marido, Joaquim de Almeida, guarda-fios jornaleiro do cantão n.º 7 da linha telefónica de Lisboa ao Porto, Delfina de Jesus, afim de que qualquer pessoa que também se julgue com direito àquele pagamento, ou a parte dele requiera por esta Caixa, dentro do prazo de trinta dias, findo o qual, será resolvida a pretensão.

Secretaria da Caixa de Reformas e Socorros do Pessoal Jornaleiro dos Serviços Telégrafo-Postais, em 25 de Janeiro de 1913.—Pelo Presidente da Comissão Administrativa, *João Henrique dos Santos*.

TRIBUNAIS

Recurso n.º 14:101, em que é recorrente o secretário de finanças do concelho de Vila Verde, e recorrido José Fumega. Relator o Ex.º Vogal efectivo, Dr. Alberto Cardoso de Meneses.

Acordam no Supremo Tribunal Administrativo, depois de ouvido o Ministério Público, em negar provimento no recurso, interposto pelo secretário de finanças do concelho de Vila Verde, de sentença do juiz de direito da comarca do mesmo nome, que não conheceu do recurso daquele funcionário contra a decisão da junta dos repartidores, acerca da inscrição de José Fumega na matriz industrial de 1912.

Funda-se a sentença em não constar do processo o prazo de interposição do recurso, nem a data de entrega da petição do presidente da junta; e opõe o recorrente uma certidão de ter estado a matriz em reclamação até 12 de Setembro, seguindo-se o período de dez dias úteis para decisão das reclamações até 24, de outros dez dias para interposição dos recursos até 7 de Outubro, convocando-se a junta para informar em 8, e reunindo esta em 9.

É, porém, certo que, terminado em 7 de Outubro o prazo de apresentação do recurso, nem se juntou ao processo o recibo de entrega da petição ao presidente da junta dos repartidores naquele dia, ou anterior, para demonstração da oportunidade do recurso e observância do artigo 14.º, § 4.º, do regulamento de 16 de Julho de 1896, garantia de recorrente e recorrido, nem do processo se mostrar que à junta ou ao seu presidente fôsse apresentado o recurso antes do dia 9, em que o informaram, fl. 7.

Subsiste, portanto, o fundamento da sentença recorrida.

Sem custas nem selos. Sala das sessões do Tribunal, em 15 de Janeiro de 1913.—*Cardoso de Meneses*—*M. Vidal*—*Abel Andrade*.—Fui presente, *Sousa Cavalheiro*.

Está conforme.—Secretaria do Supremo Tribunal Administrativo, em 22 de Janeiro de 1912.—O Secretário geral, *Júlio César Cau da Costa*.

Recurso n.º 14:107, em que é recorrente o secretário de finanças do concelho de Vila Verde, e recorrido Avelino do Nascimento Peixoto. Relator o Ex.º Vogal efectivo, Dr. Alberto Cardoso de Meneses.

Acordam no Supremo Tribunal Administrativo, depois de ouvido o Ministério Público, em negar provimento no recurso, interposto pelo secretário de finanças do concelho de Vila Verde, da sentença do juiz de direito da comarca do mesmo nome, que não conheceu do recurso daquele funcionário contra a decisão da Junta dos Repartidores acerca da inscrição de Avelino do Nascimento Peixoto na matriz industrial de 1912.

Funda-se a sentença em não constar do processo o termo do prazo de interposição do recurso, nem a data da entrega da petição ao presidente da Junta; e opõe o recorrente uma certidão de ter estado a matriz em reclamação até 12 de Setembro, seguindo-se até 24 o período legal de dez dias para decisão das reclamações, e até 7 de Outubro o intervalo doutros dez dias para interposição dos recursos, convocando-se em 8 a Junta, que reuniu e informou em 9.

É, porém, certo que terminado em 7 de Outubro o prazo da apresentação do recurso, não se mostra que até esse dia haja sido entregue a petição ao presidente da Junta, visto não estar no processo o recibo indicado no artigo 114.º, § 4.º, do regulamento de 16 de Julho de 1896, nem antes do dia 9, data da informação de fl. 5, há sinal de remessa do recurso à Junta ou seu Presidente.

Subsiste, portanto, o fundamento da sentença recorrida.

Sem custas nem selos. Sala das sessões do Tribunal, em 15 de Janeiro de

1913.—*Cardoso de Meneses*—*M. Vidal*—*Abel Andrade*.—Fui presente, *Sousa Cavalheiro*.

Está conforme.—Secretaria do Supremo Tribunal Administrativo, em 22 de Janeiro de 1913.—O Secretário Geral, *Júlio César Cau da Costa*.

Recurso n.º 14:109, em que é recorrente o secretário de finanças do concelho de Vila Verde, e recorrido José Ferreira Lopes Ferraz, da Lage. Relator o Ex.º Vogal efectivo, Dr. Alberto Cardoso de Meneses.

Acordam no Supremo Tribunal Administrativo, depois de ouvido o Ministério Público, em negar provimento no recurso interposto pelo Secretário de Finanças do concelho de Vila Verde, da sentença do juiz de direito da comarca do mesmo nome, que não conheceu do recurso daquele funcionário contra a decisão da junta dos repartidores acerca da inscrição de José Ferreira Lopes Ferraz na matriz industrial de 1912.

Funda-se a sentença em não constar do processo a entrega da petição do recurso em tempo útil ao presidente da junta dos repartidores, pois em 9 de Outubro, data de informação de fl. 6, já era finda a época legal de interposição do recurso. Opõe o recorrente que o prazo acabara em 7, e convocada em 8 a junta dos repartidores, fora o recurso informado e remetido para juízo em 9.

É, porém, certo não estar no processo recibo de entrega da petição do recurso ao presidente da junta, para os efeitos do artigo 114.º § 4.º do regulamento de 16 de Julho de 1896, e não se mostra que antes do dia 9 do Outubro houvesse a junta, ou o seu presidente, recebido o mesmo recurso.

Subsiste, portanto o fundamento da sentença recorrida. Sem custas nem selos.

Sala das sessões do Tribunal, em 15 de Janeiro de 1912.—*Cardoso de Meneses*—*M. Vidal*—*Abel Andrade*. Fui presente, *Sousa Cavalheiro*.

Está conforme.—Secretaria do Supremo Tribunal Administrativo, em 22 de Janeiro de 1913.—O Secretário geral, *Júlio César Cau da Costa*.

Recurso n.º 14:112, em que é recorrente o secretário de finanças do concelho de Vila Verde, e recorrido Gaspar da Silva Pereira, de Sabaris. Relator o Ex.º Vogal efectivo, Dr. Alberto Cardoso de Meneses.

Acordam no Supremo Tribunal Administrativo, depois de ouvido o Ministério Público, em negar provimento no recurso, interposto pelo secretário de finanças do concelho de Vila Verde, da sentença do juiz de direito da comarca do mesmo nome, que não tomou conhecimento do recurso daquele funcionário contra a decisão da Junta dos Repartidores, acerca da inscrição de Gaspar da Silva Pereira na matriz industrial de 1912.

Funda-se a sentença em não constar do processo o termo de interposição do recurso, nem a data de entrega da petição ao presidente da Junta; e opõe o recorrente uma certidão de ter estado a matriz em reclamação até 12 de Setembro, seguindo-se o período legal de dez dias úteis para decisão das reclamações até 24, doutros dez dias para interposição dos recursos até 7 de Outubro, convocando-se a Junta para informar em 8, e reuniu esta em 9.

É, porém, certo que terminado em 7 de Outubro o prazo de apresentação do recurso, nem se juntou ao processo o recibo de entrega da petição ao presidente da Junta dos Repartidores naquele dia, ou anterior, para demonstração da oportunidade do mesmo recurso e observância do artigo 114.º, § 4.º, do regulamento de 16 de Julho de 1896, garantia de recorrente e recorrido, nem dos autos se mostra que à Junta, ou ao seu presidente, fôsse apresentado o recurso antes do dia 9, em que o informaram, fl. 7.

Subsiste, portanto, o fundamento da sentença recorrida. Sem custas nem selos.

Sala das sessões do Tribunal, em 15 de Janeiro de 1913.—*Cardoso de Meneses*—*M. Vidal*—*Abel Andrade*.—Fui presente, *Sousa Cavalheiro*.

Está conforme.—Secretaria do Supremo Tribunal Administrativo, em 22 de Janeiro de 1913.—O Secretário Geral, *Júlio César Cau da Costa*.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tabela dos feitos que não-de ser julgados na sessão de 7 de Fevereiro de 1913

Revistas crimes

N.º 19:085—Relator o Ex.º Juiz Almeida Pessanha.—Autos crimes vindos da Relação de Lourenço Marques. Recorrente, Ministério Público. Recorrido, Fakira (indígena). Vistos dos Ex.ºs Juizes: Relator, Sousa e Melo, Joaquim de Melo.

N.º 19:088—Relator o Ex.º Juiz Sousa e Melo.—Autos crimes vindos da Relação de Lisboa. Recorrente, Ministério Público. Recorrido, João da Encarnação Favinha. Vistos dos Ex.ºs Juizes: Relator, Joaquim de Melo, Eduardo Martins.

N.º 19:070—Relator o Ex.º Juiz Eduardo Martins.—Autos crimes vindos da Relação de Lisboa. Recorrente, Albert Lawten e sua mulher. Recorridos, Ministério Público e Antónia Vitória Silva e outra. Vistos dos Ex.ºs Juizes: Relator, Velez Caldeira, Fernandes Braga.

N.º 19:075—Relator o Ex.º Juiz Velez Caldeira.—Autos crimes vindos da Relação do Porto. Recorrente, Manuel da Silva Leite. Recorrido, Ministério Público. Vistos dos Ex.ºs Juizes: Relator, Sousa e Melo, Joaquim de Melo.